

Janeiro de 2024

119

# BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**ÁGUA: Princípio  
e corpo de todas as lutas**

**Vamos dizer NÃO ao trigo transgênico**

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma publicação trimestral da Alianza Biodiversidad orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

#### Organizações coeditoras

Acción Ecológica

[notransgenicos@accioneologica.org](mailto:notransgenicos@accioneologica.org)

Anafae

[octavio.sanchez@yahoo.com](mailto:octavio.sanchez@yahoo.com)

Base-Is

[mpalau@baseis.org.py](mailto:mpalau@baseis.org.py)

Campaña de la Semilla

de La Via Campesina – Anamuri

[internacional@anamuri.cl](mailto:internacional@anamuri.cl)

Centro Ecológico

[serra@centroecologico.org.br](mailto:serra@centroecologico.org.br)

CLOC-Vía Campesina

[secretaria.cloc.vc@gmail.com](mailto:secretaria.cloc.vc@gmail.com)

Colectivo por la Autonomía

[erobles\\_gonzalez@hotmail.com](mailto:erobles_gonzalez@hotmail.com)

GRAIN

[grain@grain.org](mailto:grain@grain.org)

Grupo ETC

[grupoetc@etcgroup.org](mailto:grupoetc@etcgroup.org)

Grupo Semillas

[semillas@semillas.org.co](mailto:semillas@semillas.org.co)

Red de Coordinación en Biodiversidad

[rcbcostarica@gmail.com](mailto:rcbcostarica@gmail.com)

REDES-AT Uruguay

[biodiv@redes.org.uy](mailto:biodiv@redes.org.uy)

#### Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil

Leonardo Melgarejo, Brasil

Fabián Pachón, Colômbia

Germán Vélez, Colômbia

Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica

Henry Picado, Costa Rica

Camila Montecinos, Chile

Francisca Rodríguez, Chile

Elizabeth Bravo, Equador

Xavier León, Equador

Ma. Fernanda Vallejo, Equador

Octavio Sánchez, Honduras

Evangelina Robles, México

José Godoy, México

Silvia Ribeiro, México

Verónica Villa, México

Marielle Palau, Paraguai

Martín Drago, Uruguai

#### Administração

Marielle Palau

[mpalau@baseis.org.py](mailto:mpalau@baseis.org.py)

#### Edição

Ramón Vera-Herrera

[constelacion50@gmail.com](mailto:constelacion50@gmail.com)

#### Desenho e formatação

Daniel Passarge

[danielpassarge@gmail.com](mailto:danielpassarge@gmail.com)

## EDITORIAL

Um caos climático imposto com embustes 1

A Assembleia Nacional pela Água e pela Vida  
Um caminho para a autonomia e autodeterminação dos povos  
*Eliana Acosta Márquez* 2

Controle da água: globalização de dramas ou esperanças?  
*Leonardo Melgarejo e Maria José Guazzelli* 5

Não ao trigo transgênico! Aliança global busca intervenção da  
ONU contra o cultivo de trigo transgênico HB4  
*Várias organizações* 8

Diante do terror, sempre a comunidade  
*Fernanda Vallejo Aristizábal* 11

Honduras  
Um modelo extrativista que precisa da água dos povos  
*José Luis Espinoza e Octavio Sánchez Escoto* 14

Bananal por pântano? O caso de Las Garzas  
*Alex Naranjo* 18

O papel fundamental da organização camponesa na proteção  
do majestoso *Páramo* de Sumapaz  
*Convite Campesino Sumapaceño (ZRC de Sumapaz)* 21

A maioria das fotos pertence à série que Alex Naranjo fez no processo de trabalho de defesa do Pântano Las Garzas junto às comunidades da província de Los Ríos, no Equador, que lutam contra a empresa Export Jaime – que sem contar com licenças, avança com a instalação de uma empresa bananeira naquela região sem se importar com os danos ao pântano. São fotos que nos mostram a vastidão do meio ambiente e o trabalho realizado pelas comunidades unidas para enfrentar esta desapropriação.

As fotos das assembleias Água e Vida no México foram feitas por Eliana Acosta e Clarissa Gutiérrez em diversos momentos dessas mobilizações.

Finalmente, e mesmo que seja apenas uma ou duas fotos, partilhemos esta história contra a corrente do ataque do trigo transgênico contra toda a bagagem comum e milenar das nossas reservas planetárias de trigo. É a história da recuperação do chamado Recio de Ronda, um antigo trigo que se supunha ter sido perdido. Aqui, com fotografia do famoso fotógrafo Spencer Murphy, vemos Alonso Navarro com o trigo. Na Sierra de las Nieves, na Andaluzia, como nos diz Tom Takesoe, da Fundação Gaia, a quem estamos muito gratos por esta colaboração, “Alonso cultiva frutas, leguminosas, cereais e ervas medicinais em terras cultivadas há centenas de anos. na sua pequena quinta em El Viso de los Romeros, em Málaga. Apesar do calor andaluz, não falta água devido ao enorme número de canais internos nas montanhas Jorox.” Alonso também é guardião de sementes junto com uma rede de 160 agricultores que protegem sementes e recuperam variedades antigas dentro da Rede Andaluza de Sementes. “Hoje, as empresas dominam a indústria de sementes na Andaluzia, tal como o fazem noutras partes do mundo. Ao contrário do que foi proclamado pelos apoiantes da Revolução Verde, na Andaluzia a variedade de sementes diminuiu e 90% das sementes de leguminosas andaluzas foram eliminadas”. Quando Alonso percebeu isso, começou a conservar variedades antigas a partir dos 14 anos. Ele vê essas variedades como um presente de seus avós e avós. “O legado de seus ancestrais.” E diz: “da prática inocente da colheita temos toda a nossa cultura nas mãos. Este conhecimento que nos é transmitido pelos nossos avós, e estas sementes que nos chegam são heranças que passam de geração em geração no seu percurso ao longo da história.” Alonso encontrou o trigo da foto, o “Recio de la Ronda” na pequena cidade de Vega de la Antequera. “Agora, agora revivido por Alonso, o Recio de la Ronda é semeado em toda a Andaluzia.”

Publicamos a fotografia de Spencer Murphy graças à geração da Fundação Gaia.

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo.

Agradecemos o apoio de RSF Small Planet Fund da RSF Social Finance, de HEKS e de Thousand Currents.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.

Nesta edição de *Biodiversidade* queremos voltar a falar da água. Ao longo dos seus quase 30 anos, na nossa revista reconhecemos a água como o coração da existência de todo o nosso planeta e de nós, as comunidades humanas que a veneramos e desfrutamos dela como nada mais no mundo.

Na totalidade de seu ciclo, cumpre-se também a totalidade da existência: dos páramos andinos às cavidades que descem a água em segredo até onde esta começa a formar filetes que depois são quedas e cascatas e charcos, riachos ou nascentes, bem chamadas de mananciais, onde flui a vida. Pensamos na água em seu caminho torrencial até aos riachos e depois aos rios, até chegar ao mar onde o vento sobe e ascende, e se transforma em nuvens vaporosas que depois são despejadas como baldes sobre as diferentes florestas, vales e encostas, ativando a vida.

Até recentemente, cenários apocalípticos como o descrito por James Ballard em seu romance *A Seca* (1964), onde o ponto de ruptura de sua trama é a camada de polímeros que cria uma nata que impede a evaporação plena, o que desequilibra o ciclo completo da água e desencadeia uma seca progressiva e irreversível, e onde a agricultura é “um mero vestígio”, teriam nos feito sorrir incrédulos. Hoje, a preocupação com a seca é generalizada em diversas cidades do mundo que abusaram das retiradas contínuas, esvaziando assim os condutos naturais que poderiam revitalizar os ciclos da água e da vida.

Como diz nosso companheiro e colega Rodolfo González Figueroa “tudo começa com a água. Nela se cria a vida e evolui em vertentes diversas desde onde nasce, por onde transita e até seu destino final que é infinito. Às vezes imponente e em ocasiões mansa e plácida como os próprios ciclos geológicos e hidrológicos, a água nos enche de mensagens. Quando transborda, atordoia e agita, revolve, purifica, reacomoda. Quando se acalma nos dá paz, clareza, sabedoria: nos cura. A água se manifesta na quietude profunda de uma nascente e num rio colossal que transborda. É assim que é e tem sido há milhões de anos. Os riachos e rios são as veias da Mãe Terra e, como as próprias veias, quando o pulso se agita, o fluxo sanguíneo aumenta através de seus condutos para purificar o corpo e, quando o coração se acalma, o fluxo de nossas veias diminui.”

E insiste: “Somos uma espécie que tenta sua sorte neste mundo à custa de todas as outras. E pior, às custas da paisagem, dos seus relevos naturais, da sua abundância e da topografia natural. Em algum momento nos perdemos e buscamos moldar a natureza ao nosso capricho, modificando ecossistemas, bacias hidrográficas e interações bióticas. Nesse frenesi, deterioramos as florestas que anteriormente captavam e continham a água para que ela pudesse se infiltrar águas acima. E águas abaixo aniquilamos a sinuosidade dos rios e riachos para convertê-los em canais desenfreados. Já não existem remansos, prainhas, locais onde quando crianças gostávamos de ir brincar, chapinhar e conviver. Os riachos são vis canais que provocam a velocidade do escoamento da água e o arraste do que encontra em seu caminho.”

O mais tremendo é que não temos que culpar todas as pessoas que habitam o mundo. Aqueles que saqueiam, monopolizam, devastam, contaminam, esgotam, desperdiçam e lucram com a nossa água têm nomes e sobrenomes. E temos que defender com nossos próprios meios esse nosso âmbito de comunidade, a água, esse tecido de relações que torna possível a vida no seu ciclo perpétuo que continuará infinitamente enquanto cuidarmos dele e o defendermos da voracidade de empresas. 🌿



Momento em que encontram a umidade no subsolo, que indica que a água corre por debaixo. Humedal Las Garzas, Los Ríos, Equador. Foto Alex Naranjo

# A Assembleia Nacional pela Água e pela Vida Um caminho para a autonomia e autodeterminação dos povos

Eliana Acosta Márquez

2

A crise hídrica se expressa como seca e drenagem de lagos e rios, ou como diminuição da captação de água nas represas, mas também como furacões, tempestades e inundações mais intensos e inusitados. No México e em outros países latino-americanos, face a estes extremos que têm sido associados ao aquecimento global ou às alterações climáticas, diversos setores da população alertam que estão diretamente relacionados com a apropriação da água, com o saque e a devastação territorial. Processos que, além de gerarem “escassez” para a maioria, alteram o ciclo da água, a contaminam e degradam, e comprometem, por sua vez, a subsistência das comunidades e dos seus habitats. Com a chegada de um governo progressista ao México a partir de 2018, buscou-se a gestão do Estado e o interesse público prevaleceu, mas não foi possível transformar o uso e a gestão da água em favor do bem comum e se acabou optando pela implantação de megaobras que garantam sua extração e abastecimento. Embora existam iniciativas cidadãs oriundas da administração federal e do poder legislativo, após cinco anos de governo o arcabouço legal não foi modificado.<sup>1</sup> Não foi concretizada uma reforma da Lei de Águas Nacionais que em 1992 resultou da reforma do artigo 27 da Constituição e no âmbito do NAFTA e de um processo de desregulamentação econômica e ambiental, estabeleceu um sistema de concessões que favorece a apropriação e mercantilização da água.

Neste contexto, os povos originários membros do Congresso Nacional Indígena e próximos ao Exército Zapatista de Libertação Nacional, reuniram-se na Assembleia Nacional pela Água e pela Vida, tendo como princípio a gestão comunitária da água no marco da autonomia e do direito à autodeterminação dos povos, como uma aposta política distinta da transformação do marco legal constitucional. Exercem e fazem cumprir o que chamam de “Lei dos Po-

vos”. Eles colocam no centro a distinção da água como um legado comunitário frente à sua apropriação como um bem público e uma mercadoria.

Este setor dissidente, que o chefe do Executivo tem insultado como “conservadores radicais de esquerda”, mantém uma postura crítica em relação ao Estado e às suas políticas de desenvolvimento. Denuncia a continuidade do extrativismo e o uso de programas sociais como “moeda de troca” para se apropriar de seus territórios. Evidencia a fragmentação das comunidades e a implementação de megaprojetos nas mãos do exército enquanto os seus territórios permanecem expostos e violados por grupos criminosos que exercem diversas formas de violência.<sup>2</sup>

Em 28 de agosto de 2022, foi anunciado o nascimento da Assembleia Nacional pela Água e Vida em Santa María Zacatepec, no município de Juan C. Bonilla, no estado de Puebla. Reunidos na esplanada desta comunidade de origem Nahua, foi declarado: “Hoje celebramos e anunciamos ao mundo o nascimento da Assembleia Nacional pela Água e pela Vida, que é um processo permanente e coletivo que tem como objetivo resgatar a água para os povos, para a vida. Nele colocaremos em prática e fortaleceremos a lei dos povos, que é uma forma de ser e de fazer, uma forma de ver o mundo com respeito e amor. E neste caminho que nos mostra a nossa irmã água, há uma grande diversidade de formas de defendê-la assim como são diversos os territórios, com os nossos comitês de água, os nossos próprios sistemas de gestão comunitária, amparos, denúncias, ações diretas, assembleias e novas propostas que desenvolvemos em conjunto.”<sup>3</sup>

A iniciativa desta Assembleia Nacional tem como precedente o encerramento da fábrica de engarrafamento de água Bonafont no dia 22 de março de 2021 e a

1 Destaca-se a Iniciativa Ciudadana de Ley General de Aguas: <https://aguaparatodos.org.mx/>

2 *Declaración frente a la violencia contra comunidades y pueblos originarios en México*: <https://www.ceccam.org/node/3878>

3 <https://www.asambleaporelaguaylavida.org/posts/declaracion-de-la-primer-a-asamblea-por-el-agua-y-la-vida>



Assembleias pela Água e pela Vida. Foto: Clarissa T. Cortés [acima] e Eliana Acosta [abaixo]

posterior aquisição e fundação da *Altepemelcalli*, "A Casa do Povo", em resposta à crescente escassez de água, à perda de líquido vital nos poços artesanais e à alteração do sistema de captação de água na região. Tal ocupação continuou até que as instalações foram retomadas em 15 de fevereiro de 2022 pela Guarda Nacional para salvaguardar a propriedade privada da empresa.<sup>4</sup>

Na *Altepemelcalli* gerou-se um espaço de confluência e encontro de diálogo e construção coletiva do saber dos processos de saque e devastação socioambiental, que também levou ao fortalecimento da memória, da identidade coletiva e das estratégias comunitárias para cuidar o território. O Estado tentou cancelar este projeto devolvendo a fábrica à filial da empresa francesa Danone. Mas o projeto autogestivo continua sob a figura da Assembleia Nacional pela Água e pela Vida como um movimento de alcan-



<sup>4</sup> Ver Eliana Acosta, "Pueblos Unidos y la lucha por el agua y la vida en *El Volcán Insurgente*, No.69, julio-diciembre de 2022.



Assembleia pela Água e pela Vida. Foto: Eliana Costa

ce nacional vinculado a coletivos e organizações de outros países.

Desde então os povos seguem caminhando. Eles se reúnem, deliberam em coletivo e em coordenações. Nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2023, foi realizada a 2ª Assembleia no Bairro Quinto, da aldeia ñhõnhõ de Santiago Mexquititlán, município de Amealco, Querétaro. Ali recuperou-se um poço onde a água era roubada para fins particulares e se restabeleceu seu uso comum. Assim como a Rede em Defesa da Água e da Vida (REDAVI) enfrentaram a chamada *Lei Kuri*, uma iniciativa de privatização do líquido vital que favorece ainda mais a monopolização da água pela cidade e pela indústria, e principalmente a favor da especulação imobiliária.<sup>5</sup>

Nos dias 12 e 13 de agosto de 2023 foi realizada a 3ª Assembleia em San Gregorio Atlapulco, Xochimilco. Este povo originário e camponês da Cidade do México evitou o derramamento de esgoto mobilizando a sua comunidade e, juntamente com outros povos originários e migrantes, opõe-se aos planos de desenvolvimento que colocam em risco os banhados, florestas e terras agrícolas. No encontro evidenciou-se a subtração de milhões de metros cúbicos pelos megaprojetos imobiliários e o despojo do território e deslocamento

das populações devido aos processos de gentrificação.<sup>6</sup> Em março de 2024 será realizada a 4ª Assembleia em Tlaxcala, no entorno de *Matlacueytl*, o vulcão que fornece líquido vital e “é fonte de vida, alimento e proteção”, atualmente ameaçado pelo crescente desmatamento da floresta. Esta última convocatória é acompanhada pelo alerta sobre a crescente hostilidade, criminalização, morte e desaparecimento de defensores da água e do território no México.<sup>7</sup>

Com um desafio político que questiona a razão de Estado, o seu modelo de desenvolvimento e a perspectiva geopolítica que subordina as comunidades, a Assembleia Nacional pela Água e pela Vida permite que o país seja reconhecido a partir das suas comunidades e territórios. Em torno da gestão comunitária da água e da sua desmercantilização, movem-se “recuperando e fortalecendo as formas de organização, o pensar, o sentir, o falar, o sonhar, o fazer dos povos. Continuaremos com ações concretas em nossos territórios, promovendo a autogestão, a autodeterminação e a autonomia, colocando a vida no centro.”<sup>8</sup> 🌱

5 <https://www.asambleaporelaguaylavida.org/posts/declaracion-de-la-segunda-asamblea-por-el-agua-y-la-vida>

6 <https://www.asambleaporelaguaylavida.org/posts/declaracion-de-la-3a-asamblea-nacional-por-el-agua-y-la-vida>

7 <https://www.asambleaporelaguaylavida.org/posts/chiapas-michoacan-y-tlaxcala-son-mexico-pronunciamiento-de-la-asamblea-nacional-por-el-agua-y>

8 <https://www.asambleaporelaguaylavida.org/posts/declaracion-de-la-primera-asamblea-por-el-agua-y-la-vida>

# Controle da água: globalização de dramas ou esperanças?

Leonardo Melgarejo e Maria José Guazzelli



Pântano Las Garzas, Los Ríos, Equador. Fotos: Alex Naranjo

O acesso à água, base da vida e indispensável a todas as formas de sociabilidade e desenvolvimento econômico, sempre esteve no centro das preocupações humanas. Com o avanço do capitalismo, a destruição acelerada da biodiversidade e a mercantilização dos modos de vida, os ciclos e regimes hidráulicos se alteraram drasticamente. Hoje, o controle do acesso à água tornou-se um elemento geopolítico e uma arma de guerra, que exige ações articuladas e coesas por parte das pessoas, em defesa da vida.

As crises que envolvem migrações forçadas e os riscos de guerras pela água já ameaçam 40% da população mundial.<sup>1</sup> Afirma-se que, até 2050, dois terços do planeta sofrerão uma escassez dramática de água, potencialmente agravadora dos conflitos que já

são produzidos de forma dispersa, patrocinados por corporações transnacionais interessadas em seu controle e mercantilização.<sup>2</sup> O povo é a vítima.

O aquecimento global, o mau uso e a aceleração de processos que levam à contaminação das reservas de água disponíveis na superfície e no subsolo decorrem de atitudes que respondem a interesses alheios aos dramas sociais que, em função disso, se acumulam, pois o capitalismo na sua fase atual faz de tudo para expandir a extração e apropriação de bens comuns.

Existe consenso científico de que a escassez de água potável responde ao somatório de efeitos que incluem o aquecimento global, as alterações nos ciclos hídricos, a contaminação, o uso indevido (por exemplo, para lavagem de minérios) e os desperdícios

1 <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58319129>

2 <https://www.fnucut.org.br/3176/as-regioes-mais-ameacadas-por-conflitos-de-agua-no-mundo/>

cios. Mas pouco se fala sobre a enorme desproporcionalidade do acesso e uso entre os diferentes grupos sociais, as atividades que desenvolvem e suas formas de consumo.

Os negócios que enriquecem os grupos concentradores de renda, privilégios e poder desenvolvem mecanismos de extração desproporcionais à capacidade natural de reposição dos reservatórios, além de utilizarem tecnologias responsáveis pela sua poluição.

É verdade que a urbanização acelerada, com a concentração de elementos poluidores, envolve todos os habitantes do planeta. Porém, é essencial lembrar que existem razões para o esvaziamento forçado dos territórios rurais. Em todos os países da América Latina avança um modelo de agricultura industrial, que responde por cerca de 70% do consumo e da degradação da água doce global (notadamente através da desflorestação, da desertificação e pela dispersão de adubos e venenos agrícolas). Dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), entre 2014 e 2017, mostraram que entre 75 a 92% das amostras de água coletadas em vários estados brasileiros apresentavam a presença de até 27 dos agrotóxicos analisados.<sup>3</sup>

Os expoentes do agronegócio predatório não respeitam fronteiras e tratam de homogeneizar nossos povos e territórios, relegando-nos à condição de for-

necedores de mercadorias às custas de nosso sangue, história, biodiversidade e culturas.

Diante dessa realidade, as soluções oferecidas pelos piratas modernos e pelos seus associados não trazem novidades e apenas implicam no recrudescimento da espoliação colonialista. Estão reduzidos a mecanismos de privatização e controle da oferta/acesso à água. Para tanto, os governos estão sendo induzidos a tomar empréstimos e a realizar investimentos onerosos e excludentes, como projetos de dessalinização (de água salobra ou dos oceanos), que aceleram a privatização das redes de distribuição, com um aumento desproporcional dos preços ao consumidor (de modo a que reflitam o "custo real de seu fornecimento"), agravando injustiças e discriminações, especialmente dramáticas para os povos tradicionais e populações urbanas desfavorecidas pelo racismo socioambiental.

Considerando, ainda, que boa parte dos aquíferos e bacias hidrográficas têm abrangência plurinacional, é possível assumir que os conflitos relacionados com a água tenderão a ser crescentes entre os países situados a jusante das áreas de captação e escoamento, uma vez que a continuidade do fluxo dependerá do uso a montante.

No Brasil, o controle do território e das nascentes, bem como a privatização dos serviços de abastecimento de água, já é uma realidade em diversas regiões e tende a avançar.<sup>4</sup>

3 Melgarejo, Leonardo (coordenação). *Comida de Verdade: produção local, saúde planetária* <https://www.centroecologico.org.br/cartilhas/2022/comida-de-verdade-2022.pdf>

4 <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/01/documentario-bolivia-a-guerra-da-agua-e-um-exemplo-para-o-brasil>



Uma preocupação é o Aquífero Guarani. Com área de 1,2 milhão de km<sup>2</sup> (equivalente à soma dos territórios da Itália, França e Espanha), esse aquífero é compartilhado pelo Brasil (70%), Argentina (19%), Uruguai (6%) e Paraguai (5%), e tem suas principais zonas de recarga em áreas dominadas pelo agronegócio.<sup>5</sup> Nesse sentido, é possível afirmar que essa reserva hídrica está ameaçada não apenas pelo esgotamento devido à extração, o que já inviabiliza o acesso através de poços rasos, mas principalmente pela contaminação devido ao uso desenfreado de adubos químicos e agrotóxicos<sup>6</sup> e pelos resíduos da criação concentrada de suínos e aves<sup>7</sup> nos estados do Sul do Brasil. A sua sobre-exploração em sistemas de captação de poços profundos, nomeadamente para irrigação de monoculturas, já reduz de forma expressiva sua capacidade de atendimento a necessidades de consumo humano, tornando cada vez mais inviáveis os poços rasos devido ao rebaixamento do nível da água. Em 2009, avaliações realizadas na região de Ribeirão Preto (São Paulo) identificaram que a taxa de retirada superou em 30 vezes o volume de recarga.<sup>8</sup>



Aquífero Guarani. Fonte: <https://gizmodo.uol.com.br/aquifero-guarani-crise-hidrica/>

Portanto, estamos diante de um potencial conflito envolvendo os países do Cone Sul, que está relacionado à sobre-exploração e à contaminação da mais importante reserva de água que compartilham. Colocado como um problema internacional,<sup>9</sup> pode-se afirmar que a contaminação do Sistema Aquífero Guarani constitui uma ofensiva aos direitos humanos fundamentais de todos os que vivemos na região mais densamente povoada da América do Sul.

**Que medidas podem ser tomadas para minimizar esse risco?** Cabe aos Estados definir as formas de seu uso múltiplo, racional e sustentável, o que exige medidas que evitem assimetrias, onde a exploração irregular em um determinado país acarrete prejuízos a outros. E cabe ao povo, em conjunto, exigir medidas nesse sentido. Portanto, é necessário alertar a população sobre o risco que o uso do aquífero por um determinado setor de uma determinada economia nacional descuide da sua obrigação de não causar danos aos seus vizinhos. E isso já está acontecendo, na medida que avançam a produção, comercialização e utilização de insumos e técnicas que contaminam e esgotam essa reserva, sem o devido monitoramento e a necessária contenção/penalização dos responsáveis.

Os sucessos eleitorais, e mesmo a criação de leis protetivas aqui e ali, têm se revelado insuficientes. E mesmo que não o fossem, não levariam à descontaminação das águas compartilhadas. É necessário conter os processos de degradação em curso. Precisaremos de acordos internacionais orientados por outro tipo de interesses, onde as culturas, as tradições e a qualidade de vida das pessoas prevaleçam sobre os interesses financeiros dos grupos que controlam o planeta. Por se tratar de um fenômeno generalizado na América Latina, há que considerar a necessidade de buscar alternativas através da força e da ação popular articulada de nosso povo.

As tragédias relacionadas com as ameaças de guerra e o sofrimento das gerações que estão por vir, bem como as suas repercussões no acesso à água (mas não apenas), dependerão da retomada de alianças e de ações coordenadas, com foco na verdadeira globalização da esperança. 🌱

- 5 Os principais afloramentos se localizam no Brasil, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Paraguai se localizam Caaguazú e Alto Paraná. (Guilherme Martins Almeida, A contaminação do Aquífero Guarani como um problema de âmbito internacional. <https://doi.org/10.5752/P.2236-0603.2018v8n15p116-142>)
- 6 <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/aquifero-guarani-aguas-subterraneas-tambem-estao-em-risco.htm>
- 7 <https://cienciahoje.org.br/aquifero-guarani-sob-risco-de-contaminacao/>
- 8 <https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/91-fatos-incriveis-sobre-o-aquifero-guarani-um-dos-maiores-do-mundo>

9 <https://cienciahoje.org.br/aquifero-guarani-sob-risco-de-contaminacao/>



# Não ao trigo transgênico!

## Aliança global busca intervenção da ONU contra o cultivo de trigo transgênico HB4

Várias organizações

**E**m 26 de janeiro de 2024, um coletivo de organizações do Sul Global composto por ativistas pela soberania alimentar, movimentos sociais camponeses, povos indígenas e acadêmicos da América Latina, África e Ásia,<sup>1</sup> apresentou um comunicado em inglês, espanhol e português a sete relatores especiais das Nações Unidas que tratam dos direitos humanos e sua relação com o meio ambiente, alimentação, tóxicos, água e saneamento, pobreza, povos indígenas e saúde.<sup>2</sup> Este coletivo solicita a intervenção urgente destes relatores especiais da ONU em relação ao trigo HB4 transgênico, supostamente tolerante à seca e ao agrotóxico glufosinato de amônio, desenvolvido pela empresa argentina Bioceres.

Isto começa com a aprovação na Argentina, Brasil e Paraguai da produção comercial da trigo transgênico, e sua importação na África do Sul, Colômbia, Nigéria, Nova Zelândia e Indonésia, desde 2020. Aparentemente, a China acaba de autorizar a importação da produção de trigo da Argentina, o que sugere um fracasso generalizado na governação da biossegurança em todo o mundo. Com base nas preocupações detalhadas levantadas na nossa apresentação conjunta, solicitamos aos relatores especiais:

1. Instar os governos da Argentina, Brasil e Paraguai a suspender/revogar todas as autorizações para o cultivo comercial de trigo transgênico HB4.
2. Recomendar ao governo do Paraguai que revogue a Resolução nº 556/2023 – por meio da qual o trigo transgênico HB4 foi aprovado – e reforme o marco regulatório dos organismos geneticamente modificados (OGM), por meio de um processo participativo aberto, transparente, com ênfase especial na proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades camponesas.
3. Recomendar ao governo da Argentina que revogue a Resolução 27/2022, que se baseia exclusivamente em informações documentais da Bioceres, empresa que desenvolveu a variedade de trigo transgênico, e institua uma proibição adequada ao cultivo de trigo transgênico no país.
4. Recomendar que o Conselho Nacional de Biossegurança do Brasil proíba o cultivo comercial de trigo transgênico e suspenda a decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), por meio da qual se permite a importação de grão e farinha de trigo transgênica para o país, e promova uma revisão da legislação de biossegurança através de um processo participativo aberto, transparente e democrático.
5. Recomendar aos governos da Colômbia, África do Sul, Nigéria e Indonésia que instruem as suas autoridades de biossegurança a rever as aprovações de importação de trigo transgênico e a iniciar uma moratória sobre todas as aprovações (autorização de produtos, importação e liberação no ambiente) de cultivos transgênicos.



O trigo ancestral "Recio de la Ronda" recuperado e mantido por Alonso Navarro e Red Andaluza de Semillas. Foto: Spencer Murphy para Gaia Foundation

**A aliança levantou sérias preocupações** no que diz respeito ao plantio e consumo de trigo transgênico, uma vez que viola vários direitos humanos, incluindo o direito à vida e aos meios de subsistência; saúde; alimentação adequada e soberania alimentar; um meio ambiente equilibrado e livre de contaminação; acesso à terra e ao território; e o direito à autodeterminação dos povos e comunidades locais que baseiam seus modos de vida na relação que mantêm com a natureza.

Também foram levantadas preocupações em relação às sementes transgênicas em geral, que vêm acompanhadas por pacotes tecnológicos que incluem agrotóxicos nocivos, sobre os quais um punhado de empresas agroquímicas multinacionais detém o monopólio, em circunstâncias em que os agricultores e milhões de hectares de terra estão retidas num mercado altamente concentrado.

Introduzir trigo transgênico nos sistemas agrícolas e alimentares é semelhante a apagar um incêndio com gasolina, pois incentivará o avanço da fronteira agrícola industrial em direção a áreas marginais e a comunidades locais, com o argumento de combater as alterações climáticas. Isto, por sua vez, exercerá uma maior pressão sobre os ecossistemas frágeis e encorajará mais desmatamento, cercamentos e mo-

nopolização de terras e recursos, minando o direito à autodeterminação das comunidades locais e indígenas, especialmente no Brasil, Argentina e Paraguai.

O grupo aborda a falácia promovida pela Bioceres de que o trigo transgênico HB4 é tolerante à seca ou uma solução para as mudanças climáticas, apontando argumentos e marketing enganosos e pouco científicos, e fracassos comerciais de características transgênicas que pretendem conferir tolerância à seca, especialmente na Argentina e na África do Sul.

Inúmeras falhas regulatórias também são descritas detalhadamente, incluindo, por exemplo, o Paraguai, onde o processo de tomada de decisões foi realizado em total sigilo, violando assim direitos constitucionais básicos, como a publicidade de atos administrativos. Os países importadores também contornaram as normas de biossegurança reconhecidas internacionalmente ao não exigirem estudos de alimentação ou dados de toxicidade, falhando assim em garantir, com base no princípio da precaução, que os riscos para a saúde e a segurança associados ao trigo transgênico serão avaliados de forma completa e independente. Isto é particularmente pertinente tendo em vista que o trigo é um dos alimentos básicos mais importantes no Sul Global, consumido diariamente por centenas de milhões de pessoas.



Cuidando do trigo ancestral "Recio de la Ronda", na Serra de las Nieves, Andaluzia, estado espanhol.  
Foto: Spencer Murphy para Gaia Foundation

A Carta enviada também chama a atenção dos relatores especiais da ONU para o fato de que o cultivo desse trigo transgênico, geneticamente modificado para resistir à pulverização com glufosinato de amônio, aumentará o uso desse agrotóxico. O glufosinato está associado a uma variedade de efeitos adversos à saúde e ao meio ambiente, incluindo danos cerebrais, deficiência de desenvolvimento (autismo) e falhas de desenvolvimento após exposição paterna, o que levou a proibições e restrições parciais em vários países.

Os efeitos ambientais e de saúde do uso do glufosinato de amônio em um dos alimentos mais consumidos pela população mundial não foram avaliados em nenhuma das autorizações do trigo HB4 no mundo até agora. Qualquer implementação generalizada do trigo HB4 na Argentina, no Brasil e no Paraguai exporá as populações das áreas de influência da cultura a este agrotóxico, sem que haja informações sobre a toxicidade deste herbicida, em grave violação da segurança alimentar.

Este não pode simplesmente ser o precedente que desejamos abrir para a cultura básica mais importante do mundo. Os reguladores têm a obrigação de adotar uma abordagem de prevenção e resistência ao risco na tomada de decisões relativas às aprovações de transgênicos, particularmente em relação a novas características transgênicas, e ainda mais para plantas cultivadas que envolvam alimentos básicos. Esta abordagem não foi adotada em nenhum dos países que deram luz verde ao trigo transgênico.

Dadas as sérias preocupações levantadas na apresentação e as extensas violações dos direitos humanos descritas, cabe aos relatores especiais intervir em caráter de urgência.

O comunicado está disponível em:

- Espanhol ([https://t2m.io/GM-Wheat-letter\\_ES](https://t2m.io/GM-Wheat-letter_ES));
- Português ([https://t2m.io/GM-Wheat-letter\\_PT](https://t2m.io/GM-Wheat-letter_PT))
- Inglês ([https://t2m.io/GM-Wheat-letter\\_EN](https://t2m.io/GM-Wheat-letter_EN)).

Para apoiar nossa petição de intervenção urgente dos sete relatores especiais da ONU para bloquear o cultivo e o comércio de trigo transgênico, favor clicar aqui: [https://t2m.io/NoGMwheat\\_support](https://t2m.io/NoGMwheat_support) 🌱

#### Para mais informações e contatos:

Em espanhol: Fernando Frank (UCCSNAL/Argentina) [fernando.frank80@gmail.com](mailto:fernando.frank80@gmail.com); Lis García (BASE-IS/Paraguai) [lisg31@gmail.com](mailto:lisg31@gmail.com) [airala@baseis.org.py](mailto:airala@baseis.org.py) e Elizabeth Bravo (Acción Ecológica/Equador) [ebravo@rallt.org](mailto:ebravo@rallt.org)

Em português: Larissa Packer (GRAIN): [larissa@grain.org](mailto:larissa@grain.org) e Leonardo Melgarejo (Movimento Ciência Cidadã/Brasil): [melgarejo.leonardo@gmail.com](mailto:melgarejo.leonardo@gmail.com)

Em inglês: ACBio/South Africa: [comms@acbio.org.za](mailto:comms@acbio.org.za) e (FIAN/Indonésia): [sekretariat@fian-indonesia.org](mailto:sekretariat@fian-indonesia.org)

Esta é uma versão resumida do comunicado de imprensa.

#### Notas:

- 1 Asociación Civil de Salud Socioambiental de Rosario, Argentina; Red por una América Latina Libre de OGM; Movimento de Ciencia Ciudadana, Brasil; Base Investigaciones Sociales (BASE-IS); Campaña Pan sin Veneno, Paraguay; Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad y la Naturaleza de América Latina (UCCSNAL); Red de Pueblos Fumigados de América Latina; Centro Africano para la Biodiversidad; Amigos de la Tierra, Nigeria; GRAIN; Fundación Salud de la Madre Tierra, Nigeria, y Food First Information and Action Network, Indonesia.
- 2 Os relatores são: Dr. Marcos A. Orellana, Relator Especial para Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos; Dr. David R. Boyd, Relator Especial para Direitos Humanos e Meio Ambiente; Sr. Michael Fakhri, Relator Especial para Direito à Alimentação; Sr. Pedro Arrojo-Agudo, Relator Especial para Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento; Sr. Olivier De Schutter, Relator Especial para Extrema Pobreza e Direitos Humanos; Sr. Francisco Cali Tzay, Relator Especial para Direitos dos Povos Indígenas; e Sra. Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial para o Direito à Saúde Física e Mental.

# Diante do terror, sempre a comunidade

Fernanda Vallejo



As comunidades de Los Ríos defendem o Pântano Las Garzas. Foto: Alex Naranjo

**N**a terça-feira, 9 de janeiro de 2024, o Equador testemunhou ao vivo o assalto ao set do noticiário de um canal público por um grupo de jovens fortemente armados e muito beligerantes que espancam e intimidam os funcionários enquanto as câmeras ainda estavam ligadas e o som desligado. Durante quase meia hora, o terror instalou-se nas telas das casas e dos restaurantes onde é habitual ver os noticiários. Naquela noite, o presidente Noboa declarou o estado de guerra interna "contra o terrorismo" e nomeou uma dúzia de gangues criminosas como o inimigo a combater. Um impactante desfecho de mais de sete anos de rebeliões e massacres nas prisões, onde líderes de gangues criminosas impuseram os seus termos a um Estado sistematicamente sabotado. Das prisões voltaram às ruas para impor a pedagogia do medo e da extorsão.

Enquanto nos salões ministeriais e presidenciais, narco-generais, fiscais de conduta duvidosa, presidentes amigos dos chefes das máfias transnacionais, governavam com estados de exceção, tornando regra a exceção, a impunidade e o desamparo. Assim, foram nos habituando a que assim seria, a ter medo, a resignar-nos à injustiça. Para nós, o país pior preparado para passar transitar vertiginosamente de "ilha de paz" na região para um território perigoso e ilegal.

Para tentar entender o momento, devemos percorrer o longo caminho de mais de três décadas percorrido por organizações populares, comunidades camponesas, povos e nacionalidades originárias, resistindo permanentemente aos distintos avanços das oligarquias crioulas e do capitalismo transnacional no seu exercício contínuo e progressivo de acumulação e espoliação.

Neste duelo desigual, as organizações indígenas, camponesas e populares conseguiram frear em alguns momentos a voracidade das elites e das transnacionais do agronegócio, da extração de petróleo e agora, da mineração. Também conseguiram desmascarar e combater parcialmente fraudes vergonhosas e falências de bancos corruptos, sistematicamente salvos pelos governos com fundos provenientes da poupança nacional. Também resistiram à espoliação da água, à individualização da sociedade, à criminalização dos protestos e à fragmentação do tecido social organizado.

Neste longo período, a acumulação de capital e a apropriação de territórios também tiveram que modificar estratégias, avançar e recuar. Esta acumulação foi favorecida e impulsionada por governos neoliberais e progressistas, quer pelo



Comunidades organizadas em assembleia para enfrentar a empresa bananeira que pretende assumir o controle do Pântano Las Garzas, Los Ríos, Equador. Foto: Alex Naranjo

desmantelamento do Estado para facilitar a ocupação parasitária de territórios e bens públicos, quer pelo fortalecimento da institucionalidade do Estado para impor pela força a presença de megaprojetos e corporações extrativistas transnacionais nos territórios. Também se sabotou a institucionalidade para favorecer a penetração criminosa em todos os seus âmbitos. E exerceram seus governos sob estados permanentes de exceção. (Dos 18 meses de governo de Lasso, 13 estiveram em estado de emergência.)

Um aspecto fundamental é o papel geopolítico dos capitais lícitos e ilícitos estabelecem aos países. O Equador nunca foi produtor de drogas, mas se constituiu num espaço ideal para o trânsito de mercadorias ilegais produzidas nos países vizinhos. O tráfico de pessoas e o tráfico de armas também fazem parte deste movimento. Após a dolarização, assumiu o papel de grande máquina de lavar o capital gerado por esses negócios. Segundo estimativas do Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica (CELAG), "na economia

equatoriana se lava dinheiro num montante anual entre 1-2% , e até 5% do PIB, cujos números atuais resultam em uma média anual de 3,5 bilhões de dólares."<sup>1</sup> Os negócios ilegais, como os outros negócios, são transnacionalizados, se conformam em cartéis e cadeias que tendem ao monopólio, se reorganizam de acordo com sua capacidade de abrir mercados, disputar demandas, posicionar produtos e se inserem nas corporações legais. Tudo é lavado e misturado neste mesmo espaço. A mudança do consumo para o fentanil nos Estados Unidos provoca um deslocamento de alguns cartéis da cocaína para a Europa, onde cresce o consumo deste produto e onde se torna necessária a aliança comercial com as máfias dominantes nestes territórios. Estima-se que o negócio da droga na Europa movimentou 2 bilhões de dólares anualmente. Por outro lado, o processo de paz na

Colômbia torna urgente a criação de uma "sucursal" para o negócio de armas e o tráfico de seres humanos. Assim, tudo vem sendo tecido há muito tempo, mas explode e se desnuda nos últimos sete anos.

A sabotagem sistemática e determinada do estado de direito, a aniquilação de qualquer forma de segurança social, o empobrecimento extremo a que foi submetida a maioria da população, a pedagogia do medo e da impunidade, a permissividade com os sonegadores de impostos, as políticas de choque, a precarização do trabalho são outra parte necessária do receituário para instaurar a paramilitarização da sociedade. O narco oferece coisas que ninguém oferece num estado de desamparo: salários e vínculos de "solidariedade" na lógica das gangues, mesmo que sejam temporários. Empobrecer e marginalizar é a melhor forma de criar exércitos de "descartáveis" responsáveis pela primeira linha de controle territorial para os diferentes negócios nas disputas dos cartéis. São também os objetivos militares da guerra contra o narco-

1 <https://www.celag.org/cuanto-monet-se-lava-en-el-sistema-financiero-ecuadoriano-una-aproximacion-desde-las-cifras-macroeconomicas/>



terrorismo declarada pelo Estado. Sujeitos a um perfil racial e discriminador, as suas mortes justificam relatos de êxito militar e não teriam por que ser consideradas.

Outro aspecto fundamental é que a entrada de máfias e cartéis tem a mineração como ponta de lança para penetrar no seio das comunidades indígenas e camponesas, para desestruturar territórios, desabilitar qualquer controle local ou comunitário e impedir qualquer forma de regulamentação do extrativismo.

Esta imposição da guerra contra o tráfico de drogas, vinda de cima, constitui uma perseguição aberta aos pobres por parte de um Estado racista e punitivo que gera um enquadramento midiático que desvia o foco de atenção, para que ninguém pergunte sobre o caráter escandaloso e visível da participação direta de pessoas das elites econômicas, altos funcionários militares e da justiça claramente vinculados a esta movimentação de capital legal e ilegal, os “peixes grandes” na engrenagem das transnacionais dos tráficos (drogas, pessoas, armas) que nunca

são presos. Tudo é sempre executado sob a estreita tutela, assessoria e presença das forças mais obscuras dos Estados Unidos, que chegam através da sua embaixada, colocando mais uma vez os seus ativos em jogo contra o avanço dos BRICS no controle dos recursos.

A guerra às drogas é uma guerra que destrói o tecido social organizativo, é uma estratégia ampliada de contrainsurgência, os governos neoliberais beneficiam controlando as populações. Não é gratuita a campanha de Lasso para responsabilizar a Conaie como ator no tráfico no narco e no terrorismo.

Por isso é necessário que olhemos para cima e não para baixo onde querem instalar uma guerra entre os “últimos e os penúltimos” no acesso aos meios de subsistência. Os grandes grupos econômicos do país lucram e mantêm o modelo ultraneoliberal que está gerando esta situação atual, a lavagem de capitais está no banco, a droga é apreendida em caixas de banana e transportada através das frotas marítimas dos grupos oligopolistas, aqueles que sempre governam.

Quando não se espera nada da sociedade ou do Estado, é fundamental encontrar alternativas ao desamparo. Ali, as comunidades indígenas e camponesas do Equador, as lutas que a Conaie tece e articula, as resistências comunitárias à mineração, as organizações de trabalhadores agrícolas diárias mostram alternativas vividas. Sem olhar para fora ou para longe, surgem vislumbres de esperança de recuperar a comunidade, de organizar a sociedade, da segurança comunitária e de modos de vida sustentáveis. É isso que o Estado pretende combater com a sua lógica paramilitar e bélica, precisamente porque questionam estas formas de acumulação, privatização, espoliação e flexibilização do trabalho. Hoje mais do que nunca, o cuidado mútuo, a necessidade de promover e exercer práticas anticapitalistas, antirracistas, a partir do feminismo, defender os territórios contra a guerra, impedir a entrada do exército norte-americano, são a opção possível e necessária para resistir e sobreviver aos embates do terror. ✿

# HONDURAS: UM MODELO EXTRATIVISTA QUE PRECISA DA ÁGUA DOS POVOS

José Luis Espinoza e Octavio Sánchez Escoto

14

**D**e acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 26% da população mundial (cerca de 2 bilhões) não têm água potável e 46% (cerca de 3,6 bilhões) não tem acesso a um saneamento gerenciado de forma segura.

O relatório da ONU-Água, de março de 2023 destacava que: "De 2-3 bilhões de pessoas enfrentam escassez de água durante pelo menos um mês por ano, o que representa sérios riscos para os seus meios de subsistência, particularmente a segurança alimentar e o acesso à eletricidade. Prevê-se que a população urbana global que sofre de escassez de água duplique, passando de 930 milhões em 2016 para 1,7 a 2,4 bilhões de pessoas em 2050. A crescente incidência de secas extremas e prolongadas também está estressando os ecossistemas, com consequências nefastas para as espécies vegetais e animais."<sup>1</sup>

A água em Honduras. Segundo o Observatório para a América Latina e o Caribe de Água e Saneamento (OLAS), no caso de Honduras, "a disponibilidade de água por pessoa é de 9.772 m<sup>3</sup>/pessoa/ano. A água superficial do país é captada por 24 bacias hidrográficas, 87% é drenada para o Mar do Caribe e os 13% restantes, para o Oceano Pacífico, com uma descarga média de 92.813 km<sup>3</sup>/ano de águas pluviais. A água subterrânea não tem uma avaliação precisa, mas constatou-se que é abundante nas terras baixas das zonas do norte e do sul do país."<sup>2</sup>

Os hondurenhos que vivem em áreas urbanas têm taxas mais altas de acesso a fontes de água encanada para casa, enquanto aqueles que vivem em áreas ru-

rais enfrentam dificuldades. Cerca de 61% das residências urbanas hondurenhas têm água encanada em casa, enquanto apenas 27% a possuem nas residências rurais. Mais de 96% dos lares com rendimentos mais elevados contam com água encanada enquanto apenas 73% dos lares com rendimentos mais baixos dispõem deste serviço.<sup>3</sup>

Honduras é classificado como um país com baixo estresse hídrico, porém há dados suficientes para afirmar que existem riscos elevados devido à desflorestação, queimadas e incêndios florestais, à expansão da fronteira agrícola e ao uso inadequado da terra, ao sobrepastoreio e à construção inadequada de estradas rurais e rodovias. Nota-se que nas áreas costeiras com alta densidade populacional, a maioria dos poços próximos a manguezais e praias sofrem com o fenômeno de intrusão salina, devido à superexploração do lençol freático de água doce.<sup>4</sup>

A Constituição da República de Honduras declara "... o acesso à água e ao saneamento como um direito humano cujo aproveitamento e uso será equitativo, de preferência para consumo humano."<sup>5</sup> Derivado desta norma constitucional, existe um conjunto normativo que regula o manejo, uso e destino da água em Honduras.<sup>6</sup> Desde 2013, foi estabelecida uma Política Nacional para o Setor de Água Potável e Saneamento de Honduras. Essa foi projetada para o ano de 2038,

3 Ibidem

4 Ibidem

5 Constituição da República de Honduras, Art.145. (Decreto 131-1982).

6 Principais leis que regem o setor de água potável e saneamento em Honduras: a. Constitución de la República de Honduras (Decreto131-1982); b. Ley Marco del Sector Agua Potable y Saneamiento (Decreto 118-2003); c. Ley General de Aguas (Decreto 181-2009); d. Ley para el Establecimiento de una Visión de País y la Adopción de un Plan de Nación para Honduras (Decreto Ley 286-2010); e. Ley de Municipalidades (Decreto 134-90); y f. Código de Salud (Decreto 65-91).

1 UNESCO/UN-WATER, UNESCO/ONU-AGUA, Riesgo inminente de una crisis mundial del agua, Comunicado de Prensa, 22 de marzo de 2023.

2 OLAS, El Observatorio para América Latina y el Caribe de Agua y Saneamiento, Banco Interamericano de Desarrollo, 27 de julio de 2021. Ver <https://www.olasdata.org/es/honduras>





Vista do Pântano nas suas encostas e horizonte. Foto: Alex Naranjo

para ser consistente com o chamado Plano Nacional e Visão de País. A Visão desta política era a seguinte:

Em 2038, a população hondurenha terá acesso a serviços melhorados de água potável e saneamento, que cumpram com os padrões de qualidade de serviço, promovam o desenvolvimento socioeconômico do país e sejam desenvolvidos através de atores capazes de cumprir as suas responsabilidades de forma eficiente e eficaz, no marco de uma gestão sustentável dos recursos hídricos e da prevenção de riscos.<sup>7</sup>

Esta política visa alcançar o acesso universal aos serviços de água potável e saneamento com foco na inclusão social, tendo em conta as prioridades e condições específicas das diferentes categorias de localidades.

No entanto, a realidade é diferente. Este instrumento, em vigor há mais de dez anos, e outras políticas, acordos ministeriais e leis nacionais parecem ter sido impulsionados pela boa vontade de promover o direito à água, que já está contemplado na lei primá-

ria de Honduras, no entanto, na realidade os diferentes governos têm promovido e/ou acompanhado estratégias de "desenvolvimento" que mais parecem ir contra a satisfação do Direito à Água das comunidades, seus territórios e suas populações.

**Represamento de rios.** A verdade é que durante as últimas duas décadas a maior parte das fontes de água do país foram postas em risco, os rios foram submetidos a um processo de contratação de águas, através das quais foi concedido usufruto em benefício de empresas, nacionais e sobretudo internacionais, que buscavam fazer negócios com a geração de energia elétrica por meio das modalidades de acumulação ou de passagem de água.<sup>8</sup> Muitos rios foram desviados de seus cursos naturais para que contribuam à força hidráulica exigida por algumas barragens mais longínquas de geração de eletricidade, deixando a população a milhares de metros da disponibilidade de água mais próxima, quando antes tinham a água na frente das suas comunidades.

<sup>7</sup> Consejo Nacional de Agua Potable y Saneamiento (Conasa), Política Nacional del Sector Agua Potable y Saneamiento, março de 2013, pág.12.

<sup>8</sup> Acumulação é a água que se acumula num reservatório através da construção de barragens, e a água pode fluir através de uma pequena cortina.





Um desses casos, do qual já não se fala, é o de várias comunidades do município de San José, no departamento de La Paz. Um projeto hidroelétrico, cuja empresa então pertencia a um representante do Congresso da República, deixou pelo menos quatro comunidades sem água ao desviar o leito do rio até quase três quilômetros do seu curso natural. Isto fez com que a população fosse obrigada a caminhar cerca de seis quilômetros para obter água do mesmo rio. Quando as populações afetadas reclamaram, os empresários e as autoridades lhes prometeram que trariam aquedutos aos domicílios nas comunidades. Quinze anos se passaram desde então e as pessoas seguem caminhando vários quilômetros em busca de água.<sup>9</sup>

Outra situação, não menos grave, é que a grande maioria das comunidades rurais, e muitas não rurais, são abastecidas com água das nascentes dos rios, das suas encostas e de muitos setores dos seus canais. Muitas das empresas, ao adquirirem direitos de exploração através dos contratos de água, recusam-se a continuar concedendo licenças às comunidades, ou criam obstáculos ao abastecimento normal de água para as comunidades.

**A mineração precisa de água.** As comunidades rurais sofrem o impacto da atividade mineradora a céu aberto, especialmente da mineração de óxido de ferro

e de ouro. A atividade mineradora contamina os rios com metais pesados, transforma-os em rios cor de chocolate: antes corriam rios cristalinos com os quais se podia matar diretamente a sede, agora não é mais o caso.

O uso da água para a atividade de mineração é muito agressivo. Onde é instalada mineração a céu aberto para explorar qualquer metal, os rios acabam morrendo. É emblemático o caso do Valle de Siria, no centro do país, onde a mineradora Entremares, subsidiária da canadense GoldCorp, explorou ouro durante oito anos. Nesse período, 17 dos 21 riachos secaram. Dos quatro restantes, três estavam contaminados com metais pesados.

Os rios San Pedro e Guapinol, no município de Tocoa, no norte, são exemplos claros da arrogância das empresas e do conluio das autoridades para favorecer a indústria mineradora e violar os bens das comunidades. Neste setor, uma das famílias mais poderosas das Honduras<sup>10</sup> se apropriou de 200 hectares de uma área protegida, incluindo uma grande parte da sua área central, para estabelecer uma exploração de óxido de ferro. Este foi um acontecimento escandaloso que deu origem a um processo de resistência que ainda está em curso, apesar de oito líderes da oposição terem sido presos injustamente durante mais de um ano.

<sup>9</sup> Trata-se da empresa Aurora, que na época pertencia ao marido de uma representante do Partido Nacional de Honduras.

<sup>10</sup> São duas empresas: Inversiones Los Pinares e ECOTEK. Ambas mantêm duas operações mineiras (ASP e ASP2) na área protegida do Parque Nacional Montaña de Botaderos, Carlos Escaleras Mejía.

### As comunidades defendem o seu direito à água.

Quase quinze anos se passaram desde que a Anafae alertou as comunidades que: "As instituições e as leis estão sendo favoráveis às empresas extrativistas, a única opção que contribuirá para a defesa dos bens naturais e meios de subsistência das comunidades será a sua defesa a partir dos territórios, porque o direito que não é defendido é perdido."<sup>11</sup>

Desde o início da década de 1990, tudo que é público começou a ser privatizado, mas naquela época não tínhamos ideia de que a água das florestas, dos rios, subterrânea e em qualquer outra forma se tornaria uma mercadoria. Quando as empresas extrativas finalmente começaram a se apropriar da água, das florestas, das áreas protegidas e de todos os bens naturais e comuns, as pessoas começaram a se organizar para sua defesa.

Algumas comunidades tentaram denunciar as empresas extrativas e as autoridades que pouco ou nada fazem para protegê-las dos abusos das empresas, mas aos poucos foram-se cansando, especialmente quando as autoridades conspiraram com as empresas, devido ao efeito das influências, subornos, racismo no caso indígena, ou simplesmente por ordens superiores.

Muitas organizações de camponeses e camponesas, indígenas, igrejas, comitês ambientais, pescadoras e pescadores, conselhos de água, associações de mulheres, conselhos curadores e de muitas outras maneiras, buscaram e encontraram maneiras de lutar pela recuperação da água e de outros bens naturais e comuns, que as empresas nacionais e internacionais, em conluio com os governos, lhes haviam tirado.

Foram aplicados mecanismos de luta cidadã, como as Autoconsultas e a Câmara Aberta, para exigir que as autoridades municipais se opusessem ao saque dos povos, utilizando os espaços legais que a lei permite. Em alguns casos houve êxitos parciais com recursos de inconstitucionalidade perante a Corte Suprema de Justiça. Mas numa sociedade permeada pela corrupção, as empresas extrativistas encontram sempre uma forma de reverter as conquistas do povo.

Mais de 80 dos 298 municípios de Honduras declararam-se livres de mineração e usinas hidrelétricas, fundamentalmente para proteger a água de seus povos, a água de seus rios, montanhas e áreas florestais.

A rebelião cidadã estendeu-se às principais cidades e à capital, camponeses, camponesas, indígenas e suas organizações marcharam até Tegucigalpa em múltiplas ocasiões, exigindo que as empresas extrativistas deixassem de lado os seus interesses econômicos na água e demais bens naturais e comuns de seus territórios.

Muitos conselhos de água, especialmente na zona Atlântica ou Caribe, iniciaram a gestão comunitária da água em cada município. Foi uma forma de defesa que incluiu a concepção e implementação de uma política municipal de água baseada nos Direitos dos Povos.<sup>12</sup>

Muitos defensores e defensoras dos rios, florestas e áreas protegidas ficaram pelo caminho, assassinados pelas forças de segurança das empresas e por pistoleiros pagos por elas. A companheira Berta Cáceres é a mais emblemática, mas junto com ela pelo menos cem pessoas perderam a vida na defesa dos bens naturais e comuns nos últimos 30 anos.

**O novo governo parece avançar, mas com muita cautela.** O governo iniciado em 27 de janeiro de 2022 prometeu, durante a sua campanha eleitoral, reverter todo o processo de desmantelamento do Estado por parte das corporações internacionais que se apropriaram dos bens naturais e comuns. Dois anos depois, vemos alguns esforços importantes, mas insuficientes. Recentemente, o secretário dos Recursos Naturais e Ambiente informou que "no âmbito da reforma energética, foi cancelada a concessão vitalícia de 14 sub-bacias e dos seus rios correspondentes" que havia sido concedida a um grupo de banco privado.<sup>13</sup> Existem esforços para blindar as 93 áreas protegidas que captam água abundante para as comunidades. Há avanços no nível regulatório, a ação prática exigirá maiores esforços. O Instituto de Conservação Florestal está tentando recuperar as áreas florestais, que foram em grande parte cooptadas pelos senhores do narcotráfico.

Existem alguns avanços tímidos. As pessoas esperam que o Estado aprofunde a recuperação de muitos territórios e áreas produtoras de água. As lutas continuam, se os governos não as fizerem, o povo continuará lutando porque é a mesma coisa morrer ou ficar sem água. 🌿

11 Encontro Agroecológico de Camponeses Indígenas no Centro Chiminiike, Tegucigalpa, 2009.

12 Uma experiência muito importante foi sistematizada pela Fundação Parque Nacional Pico Bonito (Fupnapib), organização membro da Anafae. Veja [www.fupnapib.org](http://www.fupnapib.org)

13 Este é o Grupo Bancatlan ou Atlântida.



# BANANA NO PÂNTANO? O CASO DE LAS GARZAS

Alexander Naranjo

18

*Erroneamente classificadas como “terras baldias”, as zonas úmidas têm sido menosprezadas e desvalorizadas, ignorando a sua contribuição ambiental crucial e a sua influência significativa nos territórios camponeses que compartilham espaço com estes ecossistemas.*

*Las Garzas é historicamente fundamental para a reprodução da vida nos territórios camponeses circundantes.*

A produção de banana, como indústria extrativista, vem historicamente reivindicando territórios camponeses e áreas naturais para sua expansão. Desde meados do século 20, no período conhecido como o *boom da banana*, a fronteira expandiu-se dramaticamente. As plantações de banana, com o apoio do Estado equatoriano, substituíram quase inteiramente áreas de floresta primária, fontes de água e territórios camponeses. Esta modernização capitalista no campo transformou radicalmente a paisagem da costa equatoriana.

Os poucos espaços naturais que mantêm intactas as suas funções naturais foram conservados não com o objetivo de proteção ambiental, mas por serem considerados de pouco valor agrícola ou subvalorizados devido às suas condições de acesso que na época eram impossíveis de explorar. Um desses ecossistemas são as zonas úmidas.

Erroneamente classificadas como “terras baldias”, as zonas úmidas têm sido menosprezadas e desvalorizadas, ignorando a sua contribuição ambiental crucial e a sua influência significativa nos territórios camponeses que compartilham espaço com estes ecossistemas. Estes espaços vitais cumprem um papel importante como “esponjas naturais”, desempenhando funções cruciais como a filtração e purificação da água, bem como a prevenção de inundações, ao absorver e reter o excesso de água durante as precipitações. Para desempenharem esta função de regulação da água, dependem das suas interligações com os fluxos de águas superficiais e subterrâneas, estabelecendo vínculos com bacias hidrográficas, reservas na-

turais e outros ecossistemas aquáticos próximos.

No Equador, a principal ameaça às zonas úmidas são as mudanças no uso da terra, a expansão da fronteira agrícola, as alterações na dinâmica da água superficial ou subterrânea, as atividades extrativistas, a contaminação proveniente de atividades do agronegócio, entre outras.

Em 2022, a quantidade de terra utilizada para o cultivo de banana em nível nacional atingiu 172.653 hectares. Destes, consideráveis 42,3% (64.827 hectares) estão localizados na província de Los Ríos. Esta província é reconhecida como o centro das grandes plantações de banana do Equador e sofreu uma perda significativa de suas florestas devido ao crescimento do agronegócio bananeiro e à expansão agrícola impulsionada pelas mudanças na agricultura moderna. Isto fez com que Los Ríos experimentasse uma redução significativa de 80% na sua cobertura florestal entre 1990 e 2018, sendo atualmente a província com a menor área florestal de todo o país.

No entanto, dentro das paisagens homogêneas da província, emerge a diversidade do sistema de zonas úmidas de Las Garzas.

Las Garzas é um complexo interligado de ecossistemas aquáticos que se sustentam graças a dois corpos principais: Aguacatal e Garzas Grande. Existem também pequenos lagos e riachos que se entrelaçam através de fontes superficiais e subterrâneas. A grande diversidade biológica presente em Las Garzas faz dele um importante habitat e uma fonte de alimento para muitas es-



No pântano Foto: Alex Naranjo

pécies animais e vegetais. Além disso, as comunidades camponesas que vivem nesta área aprenderam a sobreviver protegendo ativamente este valioso ecossistema.

Las Garzas tem uma situação única dentro das zonas úmidas costeiras, seus dois corpos principais têm condições físicas distintas que se complementam. Enquanto “Garzas Grande” apresenta um espelho de água visível durante a maior parte do ano; “El Aguacatal”, pelo contrário, goza de uma espessa cobertura vegetal, que funciona como uma “ilha” de vegetação. Isso significa que o espelho d’água não se destaca durante grande parte do ano. É através desta vegetação flutuante firmemente entrelaçada que as espécies animais se movimentam e encontram espaços de proteção e alimento.

A grande biomassa que Las Garzas conserva permite uma maior captura de carbono do que outras zonas úmidas com grandes áreas de espelhos de água. Além disso, as raízes permanentemente submersas aceleram a absorção de nutrientes pelas plantas e servem de suporte para a ação de microrganismos que degradam contaminantes e purificam a água.

Diante das inúmeras espécies de animais e plantas que habitam a área úmida, os moradores de Las Garzas destacam o *canclón* (*Anhima cornuta*) como a espécie emblemática de seu território.

Ave preta com uma espécie de esporas nas asas, é muito comum ouvir o seu curioso canto na zona do pântano.

Las Garzas é historicamente fundamental para a reprodução da vida nos territórios camponeses circundantes. O seu valor se manifesta na sustentação das economias camponesas. O pântano é generoso com quem a habita, proporcionando condições favoráveis à produção de uma grande diversidade de alimentos frescos.

#### **Uma plantação de banana orgânica em troca de um pântano?**

Em dezembro de 2021, a empresa bananeira Export Jaime S.A., sem possuir as respectivas licenças ambientais, começou a drenar a água do corpo d’água conhecido como “El Aguacatal” para dispor de terras não inundadas e utilizá-las na implantação de uma plantação de banana orgânica. Porém, Las Garzas é um ecossistema cuja identidade principal é a água, portanto, não pode ser dividido de forma alguma, visto que qualquer

*No Equador, a principal ameaça às zonas úmidas são as mudanças no uso da terra, a expansão da fronteira agrícola, as alterações na dinâmica da água superficial ou subterrânea, as atividades extrativistas, a contaminação proveniente de atividades do agronegócio, entre outras.*

*A inter-relação entre Las Garzas e as comunidades camponesas confere a estas um sentido de identidade, pertença e conexão, que se traduz no processo de defesa e resistência que mantêm, cujos eixos principais são o cuidado com a natureza, a justiça social e a dignidade.*

modificação impacta negativamente seus ciclos ecológicos.

Embora tenha havido ação imediata de diversas instituições do Estado interessadas no que acontecia em Las Garzas, 26 meses após a denúncia, a drenagem continua num ambiente de impunidade, reduzindo significativamente o seu fluxo ecológico e ameaçando a sua existência.

Entre os principais impactos estão: migração de espécies animais, erosão do solo, falta de água para a reprodução da vida, alterações no clima, perda das funções ecológicas da zona úmida. As famílias camponesas relatam perdas econômicas devido à falta de água para consumo e para a produção de alimentos de subsistência.

Diante disso, as comunidades levantaram a voz em favor da conservação deste ecossistema, direcionando-o para a construção de uma reserva alimentar camponesa, sendo uma proposta de expressão genuína da governança democrática da água, como seria proposto pelo relator especial sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento, Pedro Arrojo, no seu relatório sobre ecossistemas aquáticos para 2023.

A proteção das zonas úmidas é considerada na Constituição equatoriana por serem "ecossistemas frágeis e ameaçados", portanto a fragmentação desses corpos d'água é proibida. Por ter uma legislação que contempla os direitos da Natureza, um dano às zonas úmidas poderia ser considerado *um crime contra a água* e ser severamente punido.

A preservação do sistema de zonas úmidas "Las Garzas" adquire uma importância crucial no contexto da autonomia alimentar das comunidades rurais. Este espaço natural não é apenas um local bonito e cheio de biodiversidade, mas também desempenha um papel fundamental no sustento das comunidades agrícolas locais.

**Las Garzas, guardiã da memória ecológica da costa equatoriana** Entre os principais aspectos que destacam a importância da proteção deste valioso ecossistema está o controle das inunda-

ções que são muito comuns, especialmente quando há presença do fenômeno do El Niño. A preservação deste ambiente natural representa uma poupança significativa para o Estado em comparação com a construção de infraestruturas artificiais para prevenir inundações. Isto não só beneficia o ecossistema, mas também contribui para a estabilidade econômica das comunidades rurais que dependem diretamente da agricultura em pequena escala.

O desaparecimento deste sistema de pântanos pode ter consequências negativas para o bem-estar das populações rurais e para o pleno exercício dos seus direitos humanos. As condições deste ecossistema afetam diretamente a qualidade de vida de quem o habita, uma vez que o seu direito à saúde, à subsistência, à água, a um ambiente saudável e ao desenvolvimento local estão intimamente ligados à preservação desta área natural.

A sua notável capacidade de captura de carbono é a sua contribuição inestimável para o esfriamento do planeta. É por isso que destruir um sumidouro natural de carbono para permitir uma plantação de banana orgânica que é promovida como sumidouro artificial revela uma clara contradição, mostrando ser uma falsa solução para a mudança climática.

Las Garzas, como uma das últimas áreas biodiversas da província de Los Ríos, representa a memória viva dos ecossistemas primários da costa equatoriana. Sua conservação não só preserva o patrimônio natural da região, mas também oferece oportunidades para atividades educativas e de pesquisa científica. As características únicas do pântano o convertem em um espaço favorável ao ecoturismo e à conservação, gerando oportunidades econômicas adicionais para as comunidades locais.

A inter-relação entre Las Garzas e as comunidades camponesas confere a estas um sentido de identidade, pertença e conexão, que se traduz no processo de defesa e resistência que mantêm, cujos eixos principais são o cuidado com a natureza, a justiça social e a dignidade. ✨

# O papel fundamental da organização camponesa Na proteção do majestoso *Páramo de Sumapaz*

Convite Campesino Sumapaceño – Zona de Reserva Camponesa de Sumapaz

21



Páramo de Sumapaz. Arquivo fotográfico  
Convite Campesino Sumapaceño (2019)

Os *páramos* são uma ecorregião ou bioma neotropical de grande altitude, localizados entre o limite superior da alta floresta andina e as neves perpétuas, entre aproximadamente 3 a 4 mil metros acima do nível do mar. Caracterizam-se por baixas temperaturas, chuvas frequentes, nevoeiro, ventos fortes e elevados níveis de radiação solar. Os *páramos* estão distribuídos ao longo dos Andes, abrangendo países como Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, estendendo-se ao Panamá e Costa Rica (Hofstede *et al.* 2014, Vásquez e Buitrago 2011).

A Colômbia se destaca por ser o país com a maior extensão de *páramos* do mundo, abrigando 50% desses ecossistemas de alta montanha (34 complexos de *páramos*), distribuídos em suas três cordilheiras e na Sierra Nevada de Santa Marta. Estes somam uma área equivalente a 1,69% do território continental nacional, ou seja, cerca de 19,33 mil km<sup>2</sup>. Os *páramos* do país são fundamentais, pois fornecem 70% da água doce consumida pelos seus habitantes e abrigam uma grande biodiversidade, com cerca de 70 espécies de mamíferos, 154 espécies de aves, 90 espécies de anfíbios e

*“O páramo nos  
pertence por que  
nós pertencemos  
ao páramo”*

Anima del Páramo  
(Líder camponês de  
SINTRAPAZ – FENSUAGRO)



## Cuidemos do nosso chão

Prevenir incêndios florestais para proteger os ecossistemas e o ar de nosso planeta é um compromisso de todas e todos



Não descartar resíduos que podem gerar incêndios



Não fazer queimadas



Não atirar no chão baganas nem fósforos acesos



Se enxergar uma coluna de fumaça, avisar as autoridades



★ Somos Zona de Reserva Campesina de Sumapaz ★

Peça de comunicação com acordos coletivos para prevenir incêndios florestais na ZRC. Arquivo gráfico da ZRC de Sumapaz (2024)

3.380 espécies de plantas (Vásquez e Buitrago, 2011).

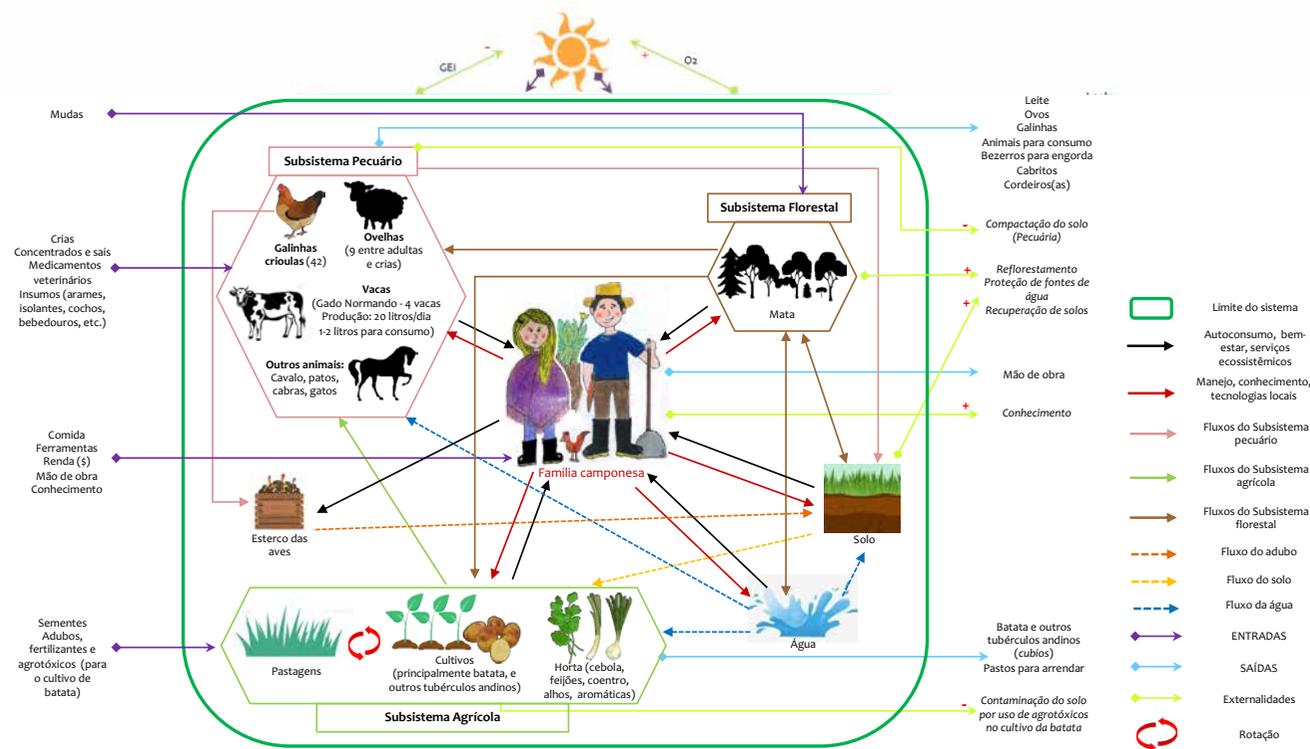
*Nestas áreas, desenvolveram-se processos sociais de raízes e de identidade camponesa em íntima conexão com o páramo.*

A importância deste bioma reside nas suas múltiplas funções, entre as quais se destacam: habitat para espécies endêmicas (60% da flora dos páramos é exclusiva das altas montanhas) e corredor biológico para diversas espécies de flora e fauna. Os páramos têm capacidade para regular e armazenar água. Além disso, os seus solos desempenham um papel crucial na fixação do carbono atmosférico, contribuindo assim para a purificação do ar e a mitigação dos efeitos da mudança climática (Hofstede et al. 2014, Vásquez e Buitrago 2011).

Os páramos são também espaços de importância cultural, determinantes nos modos de vida das famílias camponesas que vivem nas terras altas.

La Juca, a seguir denominado *páramo*, é povoada desde tempos ancestrais. A partir da colonização espanhola, depois com as guerras civis e os processos de deslocamento derivados do conflito armado na Colômbia, surgiram novas formas de ocupação de terras e comunidades se estabeleceram nas zonas altas da cordilheira dos Andes. Nestas áreas, desenvolveram-se processos sociais de raízes e de identidade camponesa em íntima conexão com o páramo. Essa relação se manifesta em aspectos da cultura camponesa, como o vestuário, a linguagem, as expressões populares, a música, a música folclórica, a gastronomia e as práticas para a produção agropecuária. Em particular, destaca-se a organização camponesa, que reflete a estreita interação entre a vida humana e o ambiente natural do páramo.

No contexto da delimitação de páramos e áreas protegidas, surgem conflitos com as comunidades locais, uma vez que esta regulamentação impõe ações restritivas ao uso do solo, ignorando a presença da população camponesa nestes ecossistemas e as interações sociais que aí ocorrem. Ostrom (1990), McKean e Ostrom (1995), bem como Hayes (2006) demonstram que, em vez de optar por uma designação oficial de proteção ambiental que exclua o ser humano, como é o caso da criação de Áreas Protegidas ou Parques Nacionais Naturais, as pessoas que fazem uso de bens comuns podem desenvolver regras e acordos coletivos adaptados aos seus ambientes para promover o uso sustentável desses recursos. Estas conclusões sugerem que, se as entidades responsáveis encarregadas de administrar as áreas protegidas buscam promover a conservação destes ecossistemas, então as e os residentes deveriam ser incluídos nos processos de elaboração de regras e de tomada de decisões.



Interações que ocorrem na unidade produtiva La Soledad, integrante do Convite Campesino Sumapaceño. Arquivo gráfico Convite Campesino Sumapaceño (2020)

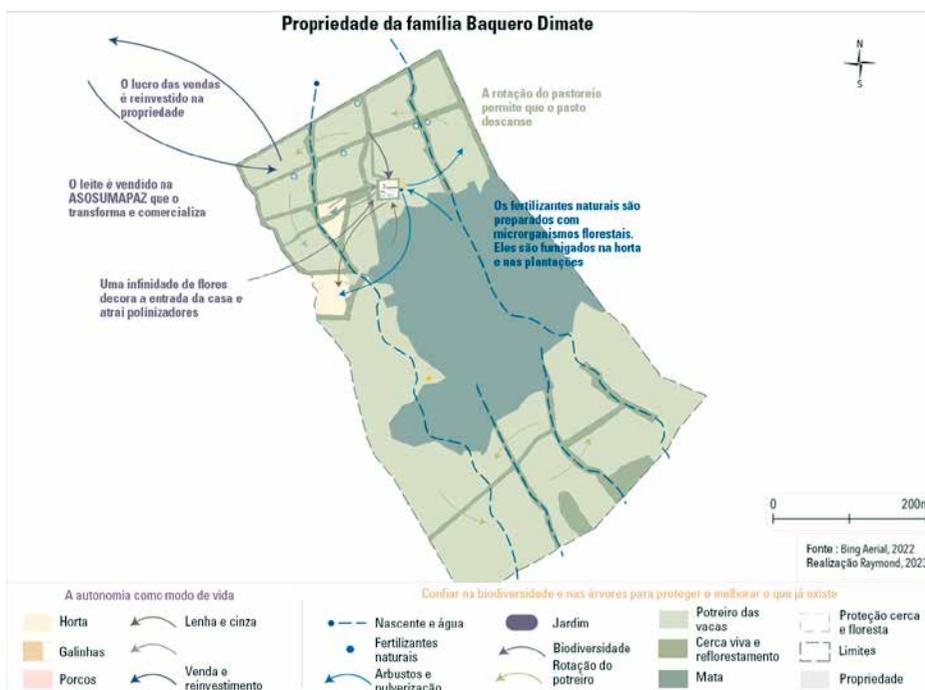
Diante do exposto, as organizações camponesas do páramo de Sumapaz (o maior páramo do mundo, onde nascem muitos dos rios que alimentam os rios Magdalena e Orinoco) e sua alta selva andina, decidiram estabelecer a Zona de Reserva Camponesa (ZRC) de Sumapaz. Esta iniciativa é um modelo de ordenamento territorial comunitário para proteger e fortalecer a economia camponesa em harmonia com o uso e conservação dos bens comuns, controlando a expansão da fronteira agrícola para reduzir as pressões antrópicas sobre estes ecossistemas.

Dentro da ZRC de Sumapaz existe um processo de organização camponesa consolidado, fortalecido pela história da luta agrária no território. Isto permitiu a criação de acordos coletivos para a proteção do páramo, incluindo medidas como o cuidado das fontes de água, a prevenção de incêndios florestais através do compromisso comunitário de evitar queimadas, a monocultura extensiva, bem como a restrição à lavagem de veículos em fontes de água e durante períodos de verões fortes. Graças a estas ações, durante o período mais recente de seca, em janeiro de 2024, o território ficou livre de incêndios florestais e o



Dias de trabalho no Convite Campesino, cercando, semeando e reforestando. Arquivo fotográfico do Convite Campesino Sumapaceño (2020)

Por meio do trabalho coletivo, da solidariedade e da fraternidade, essas famílias se comprometem a fazer a transição para a agroecologia, e a gerar e trocar conhecimento local relacionado às práticas de produção agropecuária e conservação de bens comuns, utilizando a metodologia campesino(a) a campesino(a).



Interações que ocorrem na unidade produtiva Tibar, integrante do Convite Campesino Sumapaceño. Arquivo gráfico Convite Campesino Sumapaceño (2023)

campesinato conta com abastecimento de alimentos, pastagens e água.

Dentro da ZRC de Sumapaz existe uma proposta organizacional conhecida como *Convite Campesino Sumapaceño*, composta hoje por dez famílias. Por meio do trabalho coletivo, da solidariedade e da fraternidade, essas famílias se comprometem a fazer a transição para a agroecologia, e a gerar e trocar conhecimento local relacionado às práticas de produção agropecuária e conservação de bens comuns, utilizando a metodologia *campesino(a) a campesino(a)*.

O *Convite Campesino* estabeleceu acordos e regras próprias para a proteção dos bens comuns. Estes incluem práticas como a criação de valas para controlar a erosão do solo, a proteção das fontes de água através de reflorestamento e cercas, o uso de bebedouros com boias para evitar a contaminação dos corpos d'água pelos animais, a preservação da floresta em cada unidade produtiva, o uso de fertilizantes orgânicos para reduzir a dependência de insumos externos, a rotação de culturas e a diversificação dos sistemas produtivos (coelhos, galinhas, vacas, abelhas, porcos, etc.).

Tudo o que foi descrito mostra que, através da organização e autonomia camponesa, bem como de um ordenamento territorial que surge das próprias comunidades, é possível conservar os bens comuns sem depender exclusivamente de regulamentações restritivas por parte do Estado. Com isso, o campesinato é revalorizado, não apenas como fornecedor de alimentos, mas também como ator fundamental para a conservação da natureza.

## Bibliografía

- T.M Hayes. "Parks, people, and forest protection: an institutional assessment of the effectiveness of protected areas", *World Development* 34(12):2064-2075, 2006
- R. Hofstede, J. Calles; V. López, R. Polanco; F. Torres; J. Ulloa; A. Vasquez, M. Cerra. *Los páramos andinos ¿Qué sabemos? Estado de conocimiento sobre el impacto del cambio climático en el ecosistema páramo*. UICN, Quito, Equador, 2014.
- M. McKean; E. Ostrom. *Bosques en régimen de propiedad común: ¿sólo un vestigio del pasado?* Unasylva FAO 46(180):3-15, 1995
- E. Ostrom, *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge, Reino Unido. Cambridge University Press, 1990.
- A. Vásquez, A.C. Buitrago, (Editoras). *El gran libro de los páramos*. Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt. Proyecto Páramo Andino. Bogotá, Colômbia. 208 p. 2011

**A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:**  
[www.grain.org/biodiversidad](http://www.grain.org/biodiversidad) y en [www.biodiversidadla.org/Revista](http://www.biodiversidadla.org/Revista)

A Alianza Biodiversidad también produz Biodiversidad en América Latina:  
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras ([www.anafae.org](http://www.anafae.org)  
y [www.redanafae.com](http://www.redanafae.com))

BASE-IS, Paraguay (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

CLOC-Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía-COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colombia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES-Amigos de la Tierra, Uruguay (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

**Sites temáticos:**

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página:

[http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas\\_y\\_Acciones/DONAR\\_-\\_Alianza\\_Biodiversidad](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

**Henry Picado**

[rcbcostarica@gmail.com](mailto:rcbcostarica@gmail.com)

